

Plano corta R\$ 70 bi e isenta renda até R\$ 5 mil

Faixa acima de R\$ 50 mil será taxada

DE BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem à noite pacote de corte de R\$ 70 bilhões de gastos, porém, com medida na direção contrária: garante isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês - promessa de campanha do presidente Lula.

Como forma de compensar a perda de receita com a ampliação da faixa de isenção da tabela do IR, o governo também anunciou uma taxa para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês - o governo deve propor uma alíquota mínima de 10% sobre a soma de

todas fontes de renda.

Haddad afirmou ainda que, em caso de rombo nas contas públicas (déficit primário, que é o saldo negativo sem considerar os juros da dívida pública) ficará proibida a concessão, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários.

A equipe econômica prevê poupar R\$ 70 bilhões com o pacote até o final do atual mandato - R\$ 30 bilhões em 2025 e R\$ 40 bilhões em 2026. As medidas não envolvem corte de gastos em relação aos valores de hoje, mas representa uma diminuição do ritmo de crescimento dessas despesas nos próximos anos.



Haddad resistiu a misturar medidas da renda com o corte de gastos

O pacote, que será detalhado hoje, inclui a limitação do crescimento do salário mínimo no limite de despesas do arcabouço fiscal, e propõe mudanças nas regras abono salarial na previdência de militares. Haddad sinalizou a líderes do Congresso que o pacote terá um impacto fiscal de R\$ 308,5 bilhões entre 2025 a 2030. Serão

R\$ 29,8 bilhões em 2025, R\$ 39,7 bilhões em 2026, R\$ 47,1 bilhões em 2027, R\$ 55,9 bilhões em 2028, R\$ 63 bilhões em 2029 e R\$ 73 bilhões em 2030.

O anúncio foi feito em rede nacional de rádio e TV por Haddad, apesar de ter sido parcialmente antecipado, faltando a confirmação. Antes da divulgação, à tarde, saiu a informa-

BASTIDORES

O pacote enfrenta uma série de despesas obrigatórias, principalmente benefícios sociais, que crescem acima do limite total permitido pelas regras fiscais, espremendo o espaço disponível para outros gastos, como investimentos e custeio. Esse cenário pode levar à paralisação da máquina pública e, em um cenário mais extremo, ao rompimento do próprio teto do arcabouço fiscal. Antes, o presidente Lula realizou uma série de reuniões com ministros e técnicos para fechar as medidas, o que expôs racha na

equipe e queixas no PT, temeroso do impacto no eleitorado do partido, os mais pobres. A solução foi também atingir o "andar de cima". Assim, Lula mandou incluir a previdência dos militares no plano. O arremate se deu ontem com o encontro de Lula e Haddad com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pois muitas medidas dependerão do Congresso, inclusive exigindo maioria constitucional, exigindo apoio do Centro e talvez da oposição.

ção da isenção de IR para renda até R\$ 5 mil, o que azedou o humor do mercado e fez o dólar subir (veja na próxima página).

O pacote foi oficialmente divulgado depois de uma série de reuniões ministeriais e adiamentos nas últimas semanas. Trata-se da tentativa de contenção de gastos para a sobrevivência do arcabouço fiscal (regras fiscais que limitam os gastos ao aumento da receita) e retomada da confiança nas contas públicas.

No caso da isenção do IR e também da tributação para a faixa que ganha acima de R\$ 50 mil, a proposta integra a reforma tributá-

ria da renda (neste ano foi analisada a parte de bens e consumo). Ele deve ser enviada ao Congresso separadamente, mas com esforço para votar neste ano e valerem 2025.

Porém, a medida sobre a renda foi anunciada junto ao pacote na tentativa de minimizar o impacto político e apaciar a resistência às medidas de ajuste fiscal. Haddad e o diretor do Banco Central, Gabriel Galípolo, teriam recomendado Lula a não incluir essa parte no pacote, mas o entorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não aceitou. (Estadão Conteúdo)

MAIS MEDIDAS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em seu pronunciamento na TV, apenas deu linhas gerais sobre o plano, que será esmiuçado hoje em entrevistas coletivas. Veja o que ele antecipou sobre medidas além do corte de gastos e da renda.

Previdência dos militares
Aos militares, Haddad anunciou o aumento da idade mínima para a reserva e mais rigor nas regras de pensões. "Para os aposentadorias militares, nós vamos promover mais igualdade, com a instituição de uma idade mínima para a reserva e a limitação de transferência de pensões, além de outros ajustes. São mudanças justas e necessárias". Ele não confirmou se a proposta prevê a introdução de idade mínima de 55 anos (hoje é de 50) e a proibição de pagamento de pensões nos casos de morte ficta, quando o militar é expulso das Forças Armadas, mas até agora é considerado como morto pela legislação. Na semana passada, Haddad tinha dito que as mudanças na Previdência dos militares gerariam economia de R\$ 2 bilhões por ano.

Abono salarial
Sobre o abono salarial, que equivale

a uma espécie de 14º salário para quem ganha até dois salários mínimos por ano com carteira assinada, Haddad disse que o valor máximo do benefício será mantido em R\$ 2.640 (dois mínimos). O abono, no entanto, passará a ser corrigido pela inflação daqui para a frente, em vez de subir acima da inflação, como ocorre com o salário mínimo. Com o reajuste seguindo apenas a inflação, o valor do abono salarial cairá abaixo de dois mínimos ao longo dos anos. "Esse valor será corrigido pela inflação nos próximos anos e se tornará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio".

Salário mínimo
O ministro indicou que a regra de reajuste do salário mínimo sofrerá mudanças para se adaptar ao teto de crescimento de gastos do arcabouço fiscal, que limita a expansão dos gastos públicos a 2,5% acima da inflação. "Já devolvemos ao trabalhador e à trabalhadora o ganho real no salário mínimo. Esse direito, esquecido pelo governo anterior, retornou com o presidente Lula. E com as novas regras propostas, o salário mínimo continuará subindo acima da inflação, de forma sustentável e

dentro da nova regra fiscal". Atualmente, o salário mínimo é corrigido pela inflação do ano anterior pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Com a mudança, haverá um teto que limitará o crescimento do PIB a 2,5% acima da inflação.

Supersalários
Haddad também mencionou a intenção de limitar os supersalários no serviço público ao corrigir brechas na legislação que permitem o pagamento acima do teto. "As medidas também combatem privilégios incompatíveis com o princípio da igualdade. Vamos corrigir excessos e garantir que todos os agentes públicos estejam sujeitos ao teto constitucional".

Emendas parlamentares
Haddad disse que o governo, com o Supremo Tribunal Federal e o Congresso, aprimoraram as regras do Orçamento. "O montante global das emendas parlamentares crescerá abaixo do limite das regras fiscais. Além disso, 50% das emendas das comissões do Congresso passarão a ser obrigatoriamente para a saúde pública, reforçando o SUS".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 1